

SUMÁRIO

TERCEIRA SECRETARIA
DIRETORIA LEGISLATIVA
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TRAMITAÇÃO, ATA E SÚMULA

I- ATA DA 11ª SESSÃO ORDINÁRIA, 21 de janeiro de 1.991.

1.1- ABERTURA

1.2- PEQUENO EXPEDIENTE

1.2.1- COMUNICADOS DA MESA

-Projeto de Lei nº 198/83, de autoria do Senador Mauro Borges, que "estabelece a Região Metropolitana de Brasília e disciplina o respectivo sistema administrativo **metropolitano**"

-Projeto de Lei nº 001/89, de autoria do Senador Pompeu de Souza, que "regulamenta para o **Distrito** Federal o princípio da "gestão democrática do ensino público" estabelecido pelo art. 206, item VII, da Constituição Federal."

-Projeto de Lei nº 002/89, de autoria do Senador Pompeu de Souza, que estabelece diretrizes, critérios e conteúdos mínimos para elaboração do Plano Diretor do Distrito Federal para sua aprovação e dá outras providências."

-Projeto de Lei nº 023/89, de autoria da Comissão do distrito Federal, (apresentado em atendimento à sugestão do Deputado Augusto Carvalho) e que "dispõe sobre a participação popular no Processo Legislativo do Distrito Federal."

Projeto de Lei nº 044/89, de autoria da Comissão do Distrito Federal, (apresentado em atendimento à sugestão do Deputado **Valmir** Campello) que "autoriza o Governo do Distrito Federal a instituir a Fundação Universidade Regional do Distrito Federal e dá outras providências."

-Projeto de Lei nº 049/89, de autoria do Senador Maurício Corrêa, que "dispõe sobre o horário de funcionamento dos estabelecimentos comerciais do Distrito Federal e dá outras providências."

-Projeto de Lei nº 053/89, de autoria do Governador do Distrito Federal, que "dispõe sobre o código de penas do distrito Federal."

-Projeto de Lei nº 058/89, de autoria do Senador Pompeu de Souza, que "dá a denominação de "Parque da Cidade" ao "Parque Recreativo Rogério **Python** Farias."

-Projeto de Lei nº 060/89, de autoria do Senador Áureo Mello, que "regulamenta o tratamento acústico em casas de diversões que funcionam com músicas ao vivo ou eletrônicas no Distrito Federal."

-Projeto de Lei nº 068/89, de autoria do Senador Maurício Corrêa, que "limita a execução orçamentária durante o exercício financeiro de 1.990."

-Projeto de Lei nº 017/90, de autoria do Governador do Distrito Federal, que "cria a carreira de Administração Pública da Fundação de Amparo ao Trabalhador Pleno do Distrito Federal e seus empregos permanentes, fixa o valor de seus salários e dá outras **providências**."

-Projeto de Lei nº 025/90, de autoria do Governador do Distrito Federal, que "autoriza **desafetação** de domínio de bens de uso do povo, situado entre as quadras QNN 11 e QNM 13- **Administração** Regional de **Ceilândia-RA** 9-DF."

-Projeto de Lei nº 035/90, de autoria do Senador Maurício Corrêa, que "dispõe sobre o fornecimento gratuitos de uniformes escolares."

-Projeto de Lei nº 036/90, de autoria do Governador do distrito Federal, que "autoriza a **desafetação** de domínio de bens de uso

do povo, situado na Região Administrativa de Ceilândia, dentro dos limites territoriais do Distrito **Federal**."

-Projeto de Lei nº 037/90, de autoria do Senador Maurício Corrêa, que "autoriza o Poder Executivo de Distrito Federal a conceder isenção de impostos sobre operações relativas à circulação de mercadorias na aquisição de automóveis e dá outras **providências**."

-Projeto de Lei nº 042/90, de autoria do Governador do Distrito Federal, que cria empregos em Comissão na Tabela de Empregos em Comissão da Fundação Hospitalar do Distrito Federal e dá outras providências."

-Projeto de Lei nº 044/90, de autoria do Governador do distrito Federal, que "autoriza a **desafetação** de domínio de bens públicos de uso comum do povo, situada no Setor Hoteleiro Norte - Região **Administrativa** do Plano Piloto **RA-1-Distrito** Federal."

-Projeto de Lei nº 052/90, de autoria do Senador Maurício **Corrêa**, que "dispõe sobre a utilização de cercas nos terrenos adjacentes a imóveis residenciais, localizados nos Setores de Habitações Coletivas e Germinadas Norte - SHCGN e Individuais Germinados Sul - **SHIGS** - e dá outras **providências**."

-Projeto de Lei nº 061/90, de autoria do Governador do Distrito Federal, que "dispõe sobre a alteração da denominação dos cargos de Assistentes Jurídicos, de que trata a lei nº 64, de 14 de dezembro de 1989, para Defensor Público de Distrito Federal."

-Projeto de Lei nº 068/90, de autoria do Governador do **Distrito** Federal, que "autoriza a Fundação Hospitalar a compensar dias de serviços não prestados em função de greves e dá outras providências."

-Projeto de Lei nº 054/90, de autoria do Senador Maurício Corrêa, que "cria a Ouvidoria Geral do Distrito Federal."

-Anteprojeto de Lei, de autoria do Deputado Francisco Carneiro, que "dispõe sobre a criação de Escolas Técnicas Regionais de **Ceilândia - RA 3**."

-Anteprojeto de Lei de autoria do Deputado Valmir Campello, que "cria, em caráter permanente, no **efetivo** da Polícia **Militar** do Distrito Federal, o **Batalhão** de Polícia de trânsito."

-Projeto de Resolução nº 021/87, de autoria do Senador **Maurício Corrêa**, que "dispõe sobre a **autorização** prévia do Senado Federal a viagens do Governador do Distrito Federal."

- Projeto de Resolução nº 46/89, de autoria do Senador **Maurício** Corrêa, que "susta os efeitos do **Direito** 1.569, de 17.05.89, do Governador do Distrito Federal, que institui normas para a concessão de Direito real de uso de **terreno**."

- Mensagem nº 32/90, de 15.02.90 (**6/90** na origem) , " encaminhado ao Senado Plano de Governo de 1990."

- Mensagem nº 33, de 15.02.90 (**ofício** nº 239/90 na origem) " encaminhando relatório das atividades do Governo relativo a 1989."

- Mensagem nº 55, de 15.04.90 (nº 28/90 na origem), " encaminhando prestação de contas do Governo relativa ao exercício de 1989."

- **Ofício** do Tribunal de Contas do Distrito Federal, nº 5/39, de 14.09.87 (nº 1349/87 na origem), " encaminhando parecer do Tribunal de Contas do Distrito Federal sobre contas relativas ao **exercício** de 1986."

- Denúncia de 08 de agosto de 1989, do advogado Pedro Maurício **Calmon**, que " solicita a CPI para **apreciar** irregularidades que mendona."

- Projeto de Lei nº 019/91, da Deputada Rose **Mary** Miranda, "

instituindo o sistema de creche e pré-escola comunitária no âmbito do Distrito Federal."

- Projeto de Lei nº 022/91, do Deputado Benício Tavares, estabelecendo a construção de estabelecimentos escolares específicos para atendimento da faixa etária de zero a seis anos."

- Projeto de Lei nº 021/91, do Deputado Benício Tavares, "determinando a adoção progressiva do horário integral para as escolas da rede pública do Distrito Federal."

- Mensagem do Gabinete do Governador, encaminhando o Plano do Governo do Distrito Federal referente ao quadriênio de 1991/1994.

- Projeto de Resolução, que "cria cargos, comissões e gratificações na CLDF, e dá outras providências."

- Projeto de Resolução nº 015/91, do Deputado Benício Tavares, que "estabelece normas para a realização das sessões legislativas."

-1.2.2- Comunicado de Líderes

Deputada Lúcia Carvalho- em nome da Bancada do PT.

-Registra a entrada no protocolo de Projeto de Regimento da Câmara Legislativa do distrito Federal, de autoria do Partido dos Trabalhadores.

Deputado Fernando Naves- em nome do Bloco Progressista

-Leitura de itens do artigo 37 da Constituição, que fala sobre o ingresso de pessoas no serviço público através de concurso.

1.2.3- Comunicado de Parlamentares

Deputado Manoel Andrade (PTR)

-Apresentação de lei que "visa a autorizar o Governo do distrito Federal a fazer convênios com os Estados da Federação, com o objetivo de conceder isenção de ICMS dos motoristas de taxi.

Deputado Aroldo Satake (PTR)

-Comentários sobre a campanha que o Governo do Distrito Federal juntamente com segmentos da nossa sociedade estão fazendo a favor da "criança abandonada em Brasília."

-Registros e Cumprimentos pelo Dia da Religião.

-Observações sobre os pequenos produtores que enfrentam no seu dia-a-dia obstáculos impostos pela cidade no atendimento ao cidadão.

Deputado Padre Jonas (PDT)

-Agradecimentos a imprensa, ao Deputado Aroldo Satake

-Apresenta a mesa Requerimento de voto de aplauso, louvor e incentivo à atleta Carmen de Oliveira Furtado, pela segunda colocação na 66ª Corrida Internacional de São Silvestre.

Deputado Wasny de Roure (PT)

-manifesta preocupação com o evento ocorrido na Câmara Legislativa do DF, por ocasião do encontro de produtores rurais com o Secretário da Agricultura.

-Apelo ao Governador Joaquim Roriz com relação aos servidores públicos federais colocados em disponibilidade.

Deputado Jorge Cauhy (PL)

-Discurso sobre Educação, onde aproveita o espaço e solicita ao Governo do DF que determine a criação, na Região do Núcleo Bandeirante de algumas unidades escolares.

-Registra a inauguração de um prédio no Núcleo bandeirante que conta com uma escola de capacitação profissional no 1º andar.

Deputado Agnelo Queiroz

-Apresenta Projeto de Resolução nº 003, que trata do quadro administrativo provisório da Câmara Legislativa do Distrito Federal.

1.3- Grande expediente

Deputada Rose Mary Miranda (PTR)

-Apresenta Projeto de Lei, que institui o sistema de creches e Pré-Escolas Comunitárias no âmbito do Distrito Federal.

-Registra a presença de crianças excepcionais nas galerias.

Deputado Benício Tavares (PDT)

-Comentários a favor da construção de creches para as crianças, em especial crianças deficientes.

Deputado Padre Jonas (PDT)

-Parabeniza a Deputada Rose Mary Miranda pela idéia de apresentar o projeto que defende a construção de creches.

Deputada Maria de Lourdes Abadia

-Parabeniza a Deputada Rose Mary Miranda pelo projeto apresentado.

Deputado Agnelo Queiroz

-Colocação sobre a posição oficial do PC do B em relação à guerra do Golfo Pérsico.

Deputado José Edmar

-Apresenta requerimento de urgência urgentíssima para apreciação do Projeto de Resolução nº 3, que cria cargos em comissão e funções na Câmara Legislativa do distrito Federal e dá outras providências.

Deputado Pedro Celso

-Comentários sobre a matéria publicada no "Jornal de Brasília" de 20 de janeiro, intitulada "Roriz tenta neutralizar oposição"

Deputado Carlos Alberto

-Parabeniza os companheiros da Unidade Sindical pelo encontro em Santa, onde os sindicalistas resolveram agregar-se CUT.

1.4- Comunicados da Presidência

Convocação da sessão extraordinária para hoje às 17h30min para votação dos seguintes projetos:

1) Projeto de Resolução nº 002/91, de autoria do Deputado Fernando Naves.

2) Projeto de Resolução nº 003/91, de autoria do Deputado Carlos Alberto.

1.5- Encerramento

Ata da 11ª Sessão Ordinária, em 21 de janeiro de 1991.

1ª Sessão Legislativa Ordinária, de 1ª Legislatura.

Presidente(s): Sr(s). Deputado(s) Salviano Guimarães e Tadeu Roriz.

Secretário(s): Sr(s). Deputado(s) Pedro Celso.

As 14 horas e 50 minutos, encontravam-se presentes os Srs. Deputados:

H Deputado Agnelo Queiroz (PC do B)

+ Deputado Aroldo Satake (PDS)

— Deputado Benício Tavares (PDT)

+ Deputado Carlos Alberto (PCB)

— Deputado Cláudio Monteiro (PDT)

— Deputado Edmar Pirineus (PDT)

— Deputado Eurípedes Camargo (PT)

— Deputado Fernando Naves (PDC)

- Deputado Geraldo Magela (PT)

— Deputado Gilson Araújo (PTR)

- Deputado Padre Jonas (PDT)

— Deputado Jorge Cauhy (PL)

- Deputado José Edmar (PTR)

- Deputado José Ornellas (PL)
- Deputada Lúcia Carvalho (PT)
- Deputado Manoel Andrade (PTR)
- Deputada M^a de Lourdes (PSDB)
- Deputado Maurílio Silva (PTR)
- Deputado Pedro Celso (PT)
- Deputado Peniel Pacheco (PST)
- Deputada Rose Mary Miranda (PTR)
- Deputado Salviano Guimarães
- Deputado Tadeu Roriz (PSC)
- Deputado Wasny de Roure (PT)

O SR PRESIDENTE (Salviano Guimarães) — Havendo número regimental declaro aberta a presente sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

Há sobre a mesa ofício do Sr. Presidente do Senado Federal, Senador Nelson Carneiro, encaminhando a esta Casa matérias, arroladas anteriormente à instalação da Câmara Legislativa do Distrito Federal, que se encontravam em tramitação no Senado Federal.

Passo a palavra ao Sr. 1^o Secretário, para que proceda à leitura dessas matérias.

O SR 1^o SECRETÁRIO (Pedro Celso) - Sr. Presidente, nobres Deputados, passo a ler matérias encaminhadas à Câmara Legislativa do Distrito Federal.

Projeto de lei n^o 198/83, de autoria do Senador Mauro Borges, que estabelece a Região Metropolitana de Brasília e disciplina o respectivo sistema administrativo metropolitano.

Projeto de lei n^o 001/89, de autoria do Senador Pompeu de Souza, que regulamenta para o Distrito Federal o princípio da "gestão democrática do ensino público", estabelecido pelo art. 206, item VII, da Constituição Federal.

Projeto de Lei n^o 002/89, de autoria do Senador Pompeu de Sousa, que estabelece diretrizes, critérios e conteúdos mínimos para elaboração do Plano Diretor do Distrito Federal, fixa a competência da Câmara Legislativa do Distrito Federal para sua aprovação e dá outras providências.

Projeto de Lei n^o 023/89, de autoria da Comissão do Distrito Federal, (apresentado em atendimento à sugestão do Deputado Augusto Carvalho) e que dispõe sobre a participação popular no Processo Legislativo do Distrito Federal.

Projeto de Lei n^o 044/89, de autoria da Comissão do Distrito Federal, (apresentado em atendimento à sugestão do Deputado Valmir Campeio) que autoriza o Governo do Distrito Federal a instituir a Fundação Universidade Regional do Distrito Federal e dá outras providências.

Projeto de Lei n^o 049/89, de autoria do Senador Maurício Corrêa, que dispõe sobre o horário de funcionamento dos estabelecimentos comerciais do Distrito Federal e dá outras providências.

Projeto de Lei n^o 053/89, de autoria do Governador do Distrito Federal, que dispõe sobre o Código de Penas do Distrito Federal.

Projeto de Lei n^o 058/89, de autoria do Senador Pompeu de Sousa, que dá a denominação de "Parque da Cidade" ao "Parque Recreativo Rogério Pithon Serejo Farias".

Projeto de Lei n^o 060/89, de autoria do Senador Áureo Mello, que regulamenta o tratamento acústico em casas de diversões que funcionam com músicas ao vivo ou eletrônicas no Distrito Federal.

Projeto de Lei n^o 068/89, de autoria do Senador Maurício Corrêa, que limita a execução orçamentária durante o exercício financeiro de 1990.

Projeto de Lei n^o 017/90, de autoria do Governador do Distrito Federal, que cria a carreira de Administração Pública da Fundação de Amparo ao Trabalhador Preso do Distrito Federal e seus empregos, permanentes, fixa o valor de seus salários e dá outras providências.

Projeto de Lei n^o 025/90, de autoria do Governador do Distrito Federal, que autoriza desafetação de domínio de bens de uso do povo, situado entre as quadras QNN 11 e QNM 13 — Administração Regional de Ceilândia — RA 9 — DF.

Projeto de Lei n^o 035/90, de autoria do Senador Maurício Corrêa, que dispõe sobre o fornecimento gratuito de uniformes escolares.

Projeto de Lei n^o 036/90, de autoria do Governador do Distrito Federal, que autoriza a desafetação de domínio de bens de uso do povo, situado na Região Administrativa da Ceilândia, dentro dos limites territoriais do Distrito Federal.

Projeto de Lei n^o 037/90, de autoria do Senador Maurício Corrêa, que autoriza o Poder Executivo do Distrito Federal a conceder isenção de impostos sobre operações relativas à circulação de mercadorias na aquisição de automóveis e dá outras providências.

Projeto de Lei n^o 042/90, de autoria do Governador do Distrito Federal, que cria Empregos em Comissão na Tabela de Empregos em Comissão da Fundação Hospitalar do Distrito Federal e dá outras providências.

Projeto de Lei n^o 044/90, de autoria do Governador do Distrito Federal, que autoriza a desafetação de domínio de bens públicos de uso comum do povo, situado no Setor Hoteleiro Norte — Região Administrativa do Plano Piloto RA-1 — Distrito Federal.

Projeto de Lei n^o 052/90, de autoria do Senador Maurício Corrêa, que dispõe sobre a utilização de cercas nos terrenos adjacentes a imóveis residenciais, localizados nos Setores de Habitações Coletivas e Geminadas Norte — SHCGN e Individuais Geminadas Sul — SHIGS e dá outras providências.

Projeto de Lei n^o 061/90, de autoria do Governador do Distrito Federal, que dispõe sobre a alteração da denominação dos cargos de Assistentes Jurídicos, de que trata a Lei n^o 64, de 14 de dezembro de 1989, para Defensor Público do Distrito Federal.

Projeto de Lei n^o 068/90, de autoria do Governador do Distrito Federal, que autoriza a Fundação Hospitalar a compensar dias de serviços não prestados em função de greves e dá outras providências.

Projeto de Lei n^o 054/90, de autoria do Senador Maurício Corrêa, que cria a Ouvidoria Geral do Distrito Federal (já apresentado pelo Senado Federal, só dependendo da sanção final).

Anteprojeto de Lei, de autoria do Deputado Francisco Carneiro, que dispõe sobre a criação de Escolas Técnicas Regionais de Ceilândia — RA 3.

Anteprojeto de lei de autoria do Deputado Valmir Campeio, que cria, em caráter permanente, no efetivo da Polícia Militar do Distrito Federal, o Batalhão de Polícia de Trânsito.

Projeto de Resolução n^o 021/87, de autoria do Senador Maurício Corrêa, que dispõe sobre a autorização prévia do Senado Federal a viajens do Governador do Distrito Federal ao exterior.

Projeto de Resolução n^o 46/89, de autoria do Senador Maurício Corrêa, que susta os efeitos do Decreto n^o 11.569, de 17.05.89, do Governo do Distrito Federal, que institui normas para a concessão de direito real de uso de terreno.

Mensagem n^o 32/90, de 15.02.90 (6/90 na origem), encaminhando ao Senado Plano de Governo para 1990.

Mensagem n^o 33, de 15.02.90 (Ofício n^o 239/90 na origem), encaminhando relatório das atividades do Governo relativo a 1989.

Mensagem n^o 55, de 12.04.90 (n^o 28/90 na origem), encaminhando prestação de contas do Governo relativa ao exercício de 1989.

Ofício do Tribunal de Contas do Distrito Federal, n^o s/39, de 14.09.87 (n^o 1.349/87 na origem), encaminhando parecer do Tribunal de Contas do Distrito Federal sobre contas relativas ao exercício de 1986.

Denúncia de 8 de agosto de 1989, do advogado Pedro Maurino Calmon, que solicita CPI para apurar irregularidades que menciona.

Projeto de Lei n^o 019/91, da Deputada Rose Mary Miranda, instituindo o sistema de creche e pré-escola comunitária no âmbito do Distrito Federal.

Projeto de Lei n^o 022/91, do Deputado Benício Tavares, estabelecendo a construção de estabelecimentos escolares específicos para atendimento da faixa etária de zero a seis anos.

Projeto de Lei n^o 021/91, do Deputado Benício Tavares, determinando a adoção progressiva do horário integral para as escolas da rede pública do Distrito Federal.

Projeto de Resolução n^o 015/91, do Deputado Benício Tavares, estabelecendo normas para a realização das sessões legislativas.

[O Sr. Presidente (Salviano Guimarães). Passamos ao pequeno expediente

[Oradores inscritos no Pequeno Expediente:

— Manoel Andrade

— Aroldo Satake

— Padre Jonas

— Wasny de Roure

— Jorge Cauhy

— Agnelo Queiroz

Com a palavra o nobre Deputado Padre Jonas, pela ordem.

O SR. PADRE JONAS (PDT. Sem revisão do orador) - Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, recebemos hoje o presidente da Associação dos Inquilinos de Ceilândia, que nos propôs um debate e um estudo conclusivo, o mais rápido possível, sobre a questão dos lotes de beco naquela cidade-satélite. Queremos enfatizar o perigo que trazem esses locais para a população, pois são quase um depósito de lixo, atraindo animais, tornando o ambiente indesejável, e onde se aglomeram pessoas que não estão voltadas para a cultura comunitária, mas para entorpecentes etc.

Então, estamos dispostos a levar adiante essa proposta, não só em Ceilândia, como também em Sobradinho, que padece do mesmo mal nas suas áreas abandonadas.

Era só o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães) — Convido o deputado Manoel Andrade a fazer uso da palavra.

O SR. MANOEL ANDRADE (PTR. Sem revisão do orador) - Sr. Presidente, Srs. Deputados, esta minha vinda à tribuna é para finalmente apresentar projeto de lei que visa a autorizar o Governo do Distrito Federal a fazer convênios com os Estados da Federação, com o objetivo de conceder isenção de ICMS aos motoristas de táxi. Projeto bem parecido com este já foi apresentado antes, mas visava a conceder isenção do ICM. Como não mais existe essa figura, apresento projeto dando isenção do ICMS aos motoristas de táxi. E quero justificar a medida.

As concessões de isenções de impostos para que os motoristas [autônomos de táxi pudessem comprar veículos novos datam de 1982, através do Decreto-Lei 1944 de junho/82, Decreto Lei 2026 de 1º de junho/83, Decreto 91.367 de 24/06/85, Leis 7.416, 7.613, 7.500 e 8.000, quando os Governos Estaduais também concederem o favor fiscal, isentando os profissionais do táxi do pagamento do ICMS.

Na última isenção do ICMS, pela exiguidade de tempo, aproximadamente de 2 meses, os motoristas não tiveram condições de adquirir seus veículos, uma vez que o convênio firmado no Confaz (Conselho Nacional de Política Fazendária) não seguiu a finalidade da Lei Federal que isentou do IPI.

A presente proposta visa a garantir aos taxistas autônomos as condições mínimas necessárias para que possam atualizar seus veículos e, por consequência, oferecer à população um serviço de boa qualidade.

O serviço de táxi é público e carece de incentivos para atingir seu objetivo, portanto nada mais justo que o Estado oferecer meios para sua sustentação.

Temos certeza de que este projeto de lei atende aos mais altos interesses da sociedade brasileira. Enquanto permite a uma categoria profissional condições de melhoria de vida, ante maiores requisitos de segurança e conforto, favorece a toda a sociedade, pois a segurança e o conforto dos veículos são fundamentais para um eficiente transporte.

Por derradeiro, importante mencionar que o Poder Executivo [Federal já encaminhou projeto de lei isentando o táxi do pagamento do IPI, quando adquirido por motorista autônomo.

[Sala das Sessões, de janeiro de 1991.

Dep. Manoel Andrade

SR. PRESIDENTE, quero fazer alguns comentários sobre o retardamento da apresentação desse projeto. É bom que se diga que o Projeto de Lei nº 177, do deputado Francisco Dornelles, foi vetado totalmente. O projeto de lei visava a conceder isenção aos taxistas, aos caminhoneiros, aos utilitários e aos paraplégicos. Mas, infelizmente, o

Governo Federal vetou todo o projeto, e no dia 14 do corrente apresentou um projeto de lei concedendo isenção do IPI apenas aos motoristas de táxi. Então, isso fez com que demorássemos um pouco para apresentar um projeto, uma vez que um projeto que não tivesse a mesma ressonância que o projeto federal com certeza não teria resultado. Por esse motivo é que o nosso projeto, hoje, está sendo apresentado, inclusive, já com o aval do governador do Distrito Federal.

O Sr. presidente, era o que tinha a dizer.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães) — Com a palavra o deputado Satake.

O sr. deputado Satake (PDS. Pronuncia o seguinte discurso).

SR. PRESIDENTE, Sras. e Srs. deputados, "Nossas crianças". Este é o título da campanha que o Governo do Distrito Federal e diversas entidades representativas de vários segmentos da nossa sociedade patrocinam e divulgam através de todos os meios de comunicação, em favor da criança abandonada em nossa cidade.

Esta campanha merece, por parte de todos nós, a melhor das atenções e todo o apoio possível, pois seu objetivo é nobre. Ao tentar resolver o mais vergonhoso problema social de uma cidade, os resultados dessa campanha podem antecipar um futuro com mais segurança para a família brasileira. Não podemos deixar que, em Brasília, este problema alcance as proporções alarmantes já verificadas no Rio de Janeiro e em São Paulo, onde as quadrilhas de delinquentes juvenis atuam de forma tão violenta que atraíram contra si a ação dos famigerados esquadrões de extermínio de marginais.

Em Brasília não podemos deixar isto acontecer. Criança precisa, antes de tudo, de carinho, de amor, de amparo, de proteção. Nós também somos responsáveis, precisamos assumir a responsabilidade de um futuro mais seguro para as nossas crianças.

SR. PRESIDENTE, Sras. e Srs. deputados, quero lembrar que hoje é o Dia Mundial da Religião.

O registro vem a propósito de cumprimentar aqueles que dedicam suas vidas à pregação, dos quais temos representantes nesta Casa, e que, pelo equilíbrio, pela sensibilidade e pela sensatez próprias dos homens que abraçam tão nobre missão, em muito têm ajudado no relacionamento entre os membros desta Casa.

SR. PRESIDENTE, Sras. e Srs. deputados, para finalizar, desejo dizer que os agricultores, principalmente os pequenos produtores, não bastassem as dificuldades naturais da árdua, mas nobre profissão que adotaram, enfrentam no seu dia-a-dia alguns obstáculos impostos pela cidade no atendimento do cidadão.

Entre essas dificuldades uma vem impondo ao nosso homem do campo prejuízos e até mesmo algum constrangimento, que é o serviço bancário. Não que não seja bem atendido pelo funcionário, mas, por absoluta falta de tempo o deslocamento até a agência bancária implica ausência prolongada da sua propriedade, e a plantação exige atenção nas 24 horas do dia, e a simplicidade do seu traje e a franqueza dos seus gestos e palavras nem sempre são bem entendidos.

Faço essas observações para destacar a importância da intenção do secretário de Agricultura do Governo do Distrito Federal, dr. Renato Simplicio Lopes, de promover gestões junto ao Banco de Brasília para a criação de um serviço móvel de atendimento bancário aos produtores rurais na sua própria região, medida que merece registro na tribuna desta Casa.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães) — Com a palavra o nobre deputado Padre Jonas,

O SR. PADRE JONAS — (PDT. Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, prezados companheiros deputados, inicialmente, quero agradecer o apoio incontestável que temos recebido da imprensa no que concerne à preocupação desta Casa quanto ao Regimento Interno que orientará os nossos trabalhos, como alma e expressão nossa, em prol da comunidade.

Desejo também agradecer ao companheiro Aroldo Satake por suas palavras de encômio à missão religiosa que desempenhamos.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. deputados, sentimos que a cultura é a expressão íntegra e vivenciada de um povo que, ao longo do tempo, ocupa seu espaço com humanidade, com entusiasmo. Espero dentro em breve, com a colaboração dos companheiros, apresentar aqui um projeto que vislumbre a preocupação integrada com a cultura, o esporte e o lazer.

Por isso, neste momento, com base no art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal — que nos rege nos últimos momentos, espero — e na Resolução nº 49, de 1990, da mesma Casa, apresento à Mesa requerimento de um voto de aplauso, louvor e incentivo à pequena, mas imensa atleta, Carmem de Oliveira Furtado, pela honrosa conquista da 2- colocação na 66- Corrida Internacional de São Silvestre, realizada na cidade de São Paulo.

Ela estaria aqui hoje, mas foi chamada a um importante treinamento, para que possa habilitar-se a concorrer nas próximas competições.

É a seguinte a justificativa do requerimento:

"O presente requerimento objetiva fazer justiça à atleta sobradinhen- se Carmem de Oliveira Furtado pela sua honrosa segunda colocação entre renomadas atletas internacionais que participaram da 66-^a Corrida Internacional de São Silvestre, realizada na cidade de São Paulo em 31 de dezembro próximo passado.

Carmem é uma evidência de pertinência do nosso povo. De origem modesta, assobada pelos deveres de dona-de-casa e mãe de duas filhas menores, a valente companheira encontrou tempo para aperfeiçoar-se no esporte de maratonista. Assim foi que, em julho e agosto de 1990, bateu o recorde dos 3.000 metros em Portugal e também o de 5.000 metros em Bologna, na Itália, e agora, colimando sua trajetória, superou a afamada corredora norte-americana Annete Petera, a favorita portuguesa Aurora Cunha e a atual campeã europeia, dos 10.000 metros, a soviética Velená Romanóva.

Sinto-me à vontade para formular este registro, não só pelo fato de ter sido a atleta minha aluna, mas principalmente por tê-la incentivado no início de sua carreira, proporcionando-lhe uma pista de corrida no colégio para os seus treinos iniciais e, mais tarde, conseguindo junto ao BRB — Banco Regional de Brasília S.A, uma bolsa de estudos, graças à qual a atleta pôde aperfeiçoar-se em sua atividade de esportista, projetando, agora, o nome de Brasília no cenário nacional e internacional".

Sou grato aos companheiros pelo apoio que derem a esta proposta, em nome de Sobradinho, de Brasília e do Brasil.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães) — Com a palavra o nobre deputado Wasny de Roure.

O SR. WASNY DE ROURE (PT. Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, Sras. e Srs. deputados, ocupo esta tribuna para manifestar minha preocupação com o evento ocorrido nesta Casa, no último sábado, por ocasião do encontro de produtores rurais com o secretário da Agricultura.

Nós, da Comissão de Assuntos Econômicos, já pretendíamos trazer S. Exa. a esta Casa, na próxima quinta-feira, para nos explicar diversos problemas referentes à agricultura no Distrito Federal.

Ficamos prejudicados com esse evento, pois somente fomos informados da sua realização através da imprensa.

Solicito que a Mesa, na eventualidade de futuros eventos dessa natureza, informe antecipadamente aos parlamentares, para que possamos ter oportunidade de estar presentes e fazer indagações pertinentes à Pasta pela qual o Secretário é responsável.

Sr. Presidente, utilizando ainda a oportunidade em que me encontro nesta tribuna formulo apelo ao sr. governador Joaquim Roriz relativamente aos servidores públicos federais colocados em disponibilidade.

A crise do desemprego no Distrito Federal, hoje, é bastante séria e tem causado diversos problemas familiares. O sr. Governador, em alguns momentos, manifestou interesse em aproveitar servidores públicos colocados em disponibilidade. Inclusive, no IDR há um cadastramento de servidores para possível aproveitamento pelo GDF.

Há anseio da categoria para retornar ao trabalho e dar resposta objetiva quanto aos serviços que poderá prestar à administração do

Distrito Federal. Portanto, apelo ao sr. Governador para que agilize a resposta, para que responda de modo favorável aos trabalhadores do Serviço Público Federal.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães) - Nobre Deputado, a Presidência apenas autorizou o uso do nosso auditório, mediante requerimento de uma entidade. Nada foi patrocinado pela Câmara. Pediram-nos a cessão do auditório para promoverem o evento, ao qual este presente como convidado.

Com a palavra o nobre Deputado Jorge Cauhy.

O SR. JORGE CAUHY (PL. Sem Revisão do Orador.) Sr. Presidente Sr^{as} e Srs. Deputados, a educação é a base de todo o progresso da Humanidade. Um povo educado é capaz de procurar os meios para obter a saúde, a cultura, os melhores meios produtivos e assim a melhor alimentação, o melhor caminho político e social.

Enfim, povo educado será sempre povo desenvolvido.

Confortam-nos as afirmações da Secretaria de Educação do Distrito Federal, em entrevista recente à televisão, de que não faltarão vagas nas escolas públicas para as crianças de Brasília e de que, no momento, ainda existem mais de sessenta mil vagas a serem preenchidas no primeiro e segundo graus.

Com a educação vamos criar o homem brasileiro honrado, honesto, com mais consciência de deveres do que mesmo de direitos, a fim de que ele cumpra o mais alto destino *perante* Deus e *perante* a Nação. Isto porque a educação conduz à cultura e a cultura conduz ao despertar da *consciência* civil e da cidadania.

A educação, Sr. Presidente, é a formação integral do homem, e o homem é o objetivo final de todas as ações do Estado.

Mesmo com as informações e as notícias tão otimistas da Sra. Secretária, que muito nos confortam, estamos cientes de que ainda falta bastante para que o ensino público nesta Capital alcance aquele ideal que queremos para a nossa infância e a nossa juventude.

Desta forma, Sr. Presidente e Srs. Deputados, estamos propondo, através desta Casa, e com certeza com o apoio de V.Ex^{as}., solicitação ao Sr. Governador do Distrito e Federal, Dr. Joaquim Roriz, para que, com a maior brevidade, determine a criação, na região do Núcleo Bandeirante, das seguintes unidades escolares: uma Escola Normal, uma Escola Profissionalizante de 2- grau, uma Biblioteca Pública e um Jardim de Infância na Vila Metropolitana e na Candangolândia.

A comunidade do Núcleo Bandeirante, Sr. Presidente, com a ampliação do seu território, é hoje uma das mais destacadas do Distrito Federal, com uma densidade demográfica de mais de 60 mil habitantes, um comércio dos mais ativos e uma florescente industrialização, com a criação dos pólos da indústria de informática e de gemologia, em plena fase de implantação.

Sua população é estável, em sua maioria composta pelos autênticos pioneiros da construção de Brasília e dos seus descendentes, que continuaram residindo na antiga e saudosa Cidade Livre.

Destaque-se que aquela comunidade é uma das mais ordeiras, sendo poucas as ocorrências policiais mais graves.

Assim, justifica-se, Sr. Presidente, esta nossa preocupação em dotar o Núcleo Bandeirante dessas unidades de ensino, até como homenagem aos seus habitantes, que são parte da História do Distrito Federal.

Mas, certamente, Srs. Deputados, temos o objetivo de fazer de cada jovem daquela laboriosa comunidade, além de um cidadão educado, um verdadeiro homem dotado das qualidades capazes de torná-lo sério e digno, em benefício da Nação que queremos.

Lembro aqui, com a permissão de V.Ex^{as}., uma página do Evangelho de São Mateus, no capítulo do Sermão da Montanha, onde está escrito: "Cuidai primeiro das coisas do espírito, porque o resto virá por acréscimo".

É uma grande verdade, Sr. Presidente, pois, não se cogitando primeiro das coisas do espírito, não haverá justiça, não haverá honestidade, não haverá padrão de vida moral.

Vamos, pois, enviar os nossos esforços para que estas que propomos e outras escolas sejam construídas, prioritariamente, em benefício das nossas crianças e dos nossos jovens, e, em última análise em nosso próprio benefício.

j Sr. Presidente, meus caros colegas, ontem inauguramos um edifício muito importante para o Núcleo Bandeirante, onde temos instalada a nossa sede, no térreo. No 1º andar funciona uma escola de capacitação profissional com sete salas amplas destinadas ao ensino de cursos profissionalizantes, através de um convênio realizado com o SESC. V. Exª e o Deputado Carlos Alberto nos deram a honra de fazer uma visita ao local, prestigiando a inauguração do edifício. V. Exª. pôde verificar que as instalações são das mais adequadas para um ensino atuante, quer na parte espiritual, quer na parte material.

j Muito obrigado.

! | **O SR. PRESIDENTE** (Salviano Guimarães) — Com a palavra o nobre Deputado Agnelo Queiroz.

í | **O SR. AGNELO QUEIROZ** (PC do B. Sem revisão do orador.) -

Sr. Presidente, Sr-ªs, e Srs. Deputados, quero aproveitar este Pequeno Expediente para colocar uma questão que está na ordem do dia, preocupa muito a todos os Deputados e a toda a população do Distrito Federal e tem ocasionado muita matéria publicada em jornal.

O editorial de ontem do "Jornal de Brasília" refere-se a essa questão justa que também preocupa os Deputados. Acho que os companheiros devem ter lido esse editorial, que dá uma demonstração do empenho desta Câmara Legislativa no início dos trabalhos. Ela foi eleita, reuniu-se várias vezes informalmente, com o espírito aberto, tentando, de fato, marcar sua posição quanto a várias Casas legislativas. Esta Casa abriu mão do recesso a que teria direito, numa demonstração de que não era possível os Deputados tomarem posse num dia e entrarem em recesso no outro. Foi uma atitude coletiva, pois teve a unanimidade dos 24 deputados. E agora, neste momento crucial, em que a estrutura da Casa começa a ser definida, não pode haver dúvida alguma com relação ao empenho de antes.

Nesse sentido, estou apresentando hoje um projeto de resolução que trata do quadro administrativo provisório da Câmara Legislativa do Distrito Federal. A principal característica da minha proposta é o impedimento de qualquer contratação definitiva para o quadro. Todas as necessidades que temos poderão ser atendidas com a requisição de Servidores da União, do Distrito Federal, dos Estados e dos Municípios.

] Acredito — e disso não vou abrir mão — que mesmo para os cargos de confiança poderiam ser requisitados servidores. Isso não impede que os cargos da Mesa, da Presidência, da Vice-Presidência, da 1ª Secretaria sejam de confiança; sim, são de confiança, só se restringe um pouco o universo ao dar esses cargos de confiança aos funcionários requisitados. Explicarei por que isso é importante.

j O fortalecimento da carreira do servidor público, dando-lhe possibilidade de ascensão, é condição básica para a melhoria dos serviços públicos do nosso País. Que incentivo pode ter um servidor para reciclar-se, aperfeiçoar-se, sabendo que sua progressão funcional tem como limite a política do apadrinhamento e do fisiologismo?

] Os cargos de gabinete, de estrita confiança do Deputado, serão preenchidos pela contratação. Esses funcionários não farão, entretanto, parte da carreira nem do quadro permanente. Todos os funcionários dos gabinetes serão demitidos com a saída dos Parlamentares, ou seja, por decisão destes. O que não podemos admitir é que cargos da estrutura permanente da Câmara Legislativa sejam ocupados através de qualquer mecanismo, como o apadrinhamento. Enfim, não podemos admitir tal fato.

] Defendo que a requisição seja feita inicialmente entre os servidores da União, do Distrito Federal, dos Estados e dos Municípios, mesmo para as funções de confiança — nesta situação, por indicação direta do Parlamentar.

No caso de ocupar função gratificada, a requisição deverá ser feita por um processo seletivo, através de uma comissão composta por cinco Deputados, aprovada por este Plenário. É uma proposta inicial que tínhamos feito, a de Nº 003, da Constituição da comissão que analisa os currículos.

Após o concurso, os ocupantes de cargos de confiança de cada gabinete e de membros da Mesa serão escolhidos entre servidores do quadro permanente da Câmara Legislativa. Agora, com essa limitação

temporária, os ocupantes de cargos de confiança da Mesa seriam escolhidos entre os requisitados, um universo, acredito amplo, do Município, do Distrito Federal, dos Estados, do GDF. Depois do concurso, caberia à Mesa requisitar, isto é, ter essa função de confiança, no quadro permanente, porque estariam ali as pessoas mais qualificadas, que passaram no concurso público e seriam do mesmo quadro. Isso constituiria um incentivo para que aqueles trabalhadores do quadro permanente se aperfeiçoassem, inclusive alçando a um cargo de confiança.

Até agora tem-se procurado retardar, protelar, postergar os trabalhos da Câmara Legislativa, com nítido objetivo político. Criadas as condições para o funcionamento, há necessidade de contratação de pessoas.

O Projeto de Resolução nº 003, de que falei há pouco, apresentado por mim no início dos trabalhos, regula a forma de requisição. Se houvesse, realmente, interesse em colocar a Câmara em funcionamento, ele já teria sido discutido e o processo de requisição iniciado.

O objetivo pretendido com o retardamento do processo legislativo é cristalino: jogar lenha na caldeira da ultrapassada máquina a vapor que puxa os "trenzinhos da alegria".

Só existe, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Deputados, neste momento, uma maneira de convencermos a população do Distrito Federal de que essa não é a vontade da maioria da Casa: aprovando o projeto que agora estou apresentando, que não permite a contratação de nenhum servidor que não seja pela via legítima, honesta, a do concurso público.

Conclamo, portanto, todos os Deputados da Oposição, do bloco governista a apoiarem essa proposição que apresento, para derrotarmos as forças de obstrução que pretendem desmoralizar o Poder Legislativo do Distrito Federal. Sei que o objetivo dos 24 Deputados é o de não deixar, de forma alguma, que essa Casa seja desmoralizada.

Não podemos permitir que a Câmara do Distrito Federal já nasça com o símbolo do apadrinhamento, do fisiologismo. Tenho certeza de que muitos colegas, que defendem a contratação de pessoas para cargos de confiança, têm a idéia honesta de garantir ao Parlamentar o espaço necessário para implantar sua linha política ante a secretaria, ou outro cargo que ocupe. Entretanto, a solução da livre negociação garante essa possibilidade. Mais do que isso, essa estrutura é provisória. A estrutura definitiva será elaborada, posteriormente, após a aprovação do Regimento. Acredito que deva ser essa a base.

Aos Deputados da Mesa que pretendam contratar pessoas para o quadro de servidores sugiro que indiquem a seus escolhidos a participação no concurso. Se são pessoas de tão elevada formação, que mereçam ser contratadas em detrimento a todos os outros, com certeza terão uma aprovação destacada no concurso, e depois poderão ser requisitados para as funções que os nobres Deputados lhes reservarem.

Portanto, Sr. Presidente, Srªs, e Srs. Deputados espero contar com apoio da maioria dos colegas para conseguirmos o regime de urgência urgentíssima para a proposição que ora apresento.

Com isso, conseguiremos, de uma vez por todas, garantir o prestígio e o respeito da população do Distrito Federal, e de todo o Brasil, para esta Câmara que agora está nascendo.

Solicito aos companheiros que também apresentaram sugestões para a aprovação em regime de urgência, que será colocado amanhã, que também façam essa proposta, e teríamos um universo mais amplo para poder discutir. Mesmo que a proposta não seja aprovada, que ela tenha a possibilidade de ser discutida amanhã, como as outras propostas aqui colocadas.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães) — Há sobre a mesa; projeto de resolução de iniciativa da Mesa. Peço ao Sr. 1º Secretário que proceda à leitura.

O SR. 1º SECRETÁRIO (Pedro Celso) — Projeto de Resolução que cria cargos, comissões e gratificações de funções na Câmara Legislativa do Distrito Federal e dá outras providências.

O SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães) — Para uma comunicação de Liderança, com a palavra a nobre Deputada Lúcia Carvalho.

A SRA. LÚCIA CARVALHO (PT. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Deputados, nós, do Partido dos Trabalhadores, estamos dando entrada hoje no Protocolo de um projeto de Regimento da Câmara Legislativa do Distrito Federal. É composto de 104 páginas e contém 254 artigos.

Trata-se de toda a vida da Câmara Legislativa, e não de algo passageiro. É documento que estamos escrevendo para o futuro, a fim de que não tenhamos mais de nos utilizar de resoluções, de complementos do Regimento Interno do Senado Federal, ou seja, para que tenhamos nossa vida, nesta Casa, normalizada.

Eu gostaria que todos considerassem que estamos entrando na última década do século. Portanto, temos de apresentar idéias novas, sim. Temos de estar abertos à participação popular.

Um dos pontos principais do nosso Regimento tem como novidade o colegiado das funções, resultado do que temos estabelecido em nossos encontros. A própria Mesa também terá funções bastante colegiadas, fruto dos acordos aqui feitos e das discussões realizadas informalmente.

Este Regimento é austero em relação aos recessos. Extingue todo e qualquer recesso. Dá ao deputado a condição de trabalhador como qualquer outro, com um mês de férias. Extingue qualquer tempo para eventuais descansos, propostos em outros regimentos.

Da mesma forma, facultamos a presença de populares neste plenário. Quando houver um projeto de iniciativa popular, o primeiro subscritor do projeto poderá aqui comparecer no papel de defensor de sua proposição. Fará a defesa pública, transformando a sessão em uma assembléia democratizada.

Outro aspecto é quanto à democratização da tramitação dos projetos, ou seja, nenhum projeto dará entrada nesta Casa sem obedecer ao número de ordem, que também será obedecido na distribuição dos mesmos. Não será por apadrinhamento que os projetos terão andamento mais rápido. Será sempre respeitado o ordenamento, tanto nas comissões como no protocolo geral.

Há um assunto sobre o qual eu gostaria de consultar a Mesa. Aliás, acho que isso já foi respondido quando o deputado Cláudio Monteiro apresentou seu projeto de Regimento Interno.

Sr. Presidente, para que amanhã cada Parlamentar tenha acesso ao texto deste anteprojeto, seria necessário recorrermos ao IDR para que possamos obter, pelo menos, vinte e quatro cópias para distribuí-las aos deputados. Parece que esta Casa não tem equipamento que possa tirar mais de mil cópias por tarde. Então, parece que há a sugestão da Mesa para que se adote esse procedimento.

Minha consulta é no sentido de saber se a solicitação deve ser do deputado ou se é da Mesa.

O SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães) — A responsabilidade é da Casa.

A SRA. LÚCIA CARVALHO — Sr. Presidente, então, pediria a V.Ex^a que fizesse tal solicitação, já que a iniciativa não é do deputado.

Estamos protocolando nosso projeto hoje e, assim, amanhã todos os deputados poderão ter uma cópia.

Há uma última questão, já que ainda tenho tempo. Tivemos o mérito e a felicidade de ter recolhido vinte e três assinaturas naquela solicitação — para que fossem reconhecidas as reivindicações dos sindicatos — a fim de que o Governador, através da sua Secretaria do Trabalho, recebesse os sindicatos de Brasília ligados ao GDF. Parabéns todos os colegas aqui presentes, já que este fato será registrado nos Anais da Central Única dos Trabalhadores, e terá o agradecimento de todos os sindicatos. Publicamente, agradeço a V.Ex^a - s.

Estamos solicitando também, através do deputado Maurílio Silva, uma audiência com o Sr. Governador, o que deverá acontecer amanhã ou depois de amanhã. Cada representante dos Blocos Parlamentares, e quem mais quiser, poderá acompanhar-nos, na ocasião em que estaremos entregando ao Sr. Governador esse documento, com a nossa solicitação, assinado por todos. O deputado Maurílio Silva nos informará a data correta da audiência com o Governador para tratar dessa questão. O único a não fazê-lo foi o companheiro deputado Maurílio Silva. Como S.Ex^a - é nossa ponte entre o Parlamento e o Governo, não caberia, segundo sua opinião — e eu concordei — que

S.Ex^a assinasse algo em relação ao que está apenas fazendo contato com o Governador. É como se S.Ex^a desconhecesse o assunto. Como S.Ex^a está fazendo esses contatos com o Governador publicamente, convido-o também a participar dessa audiência.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE — (Salviano Guimarães) — Com a palavra o deputado Fernando Naves.

O SR. FERNANDO NAVES — (PDC. Sem revisão do orador). - Sr. Presidente, Sras, e Srs. deputados, em nome do Bloco Progressista, desejo fazer uma lembrança ao nosso companheiro deputado Agnelo Queiroz. Talvez pelo acúmulo de trabalho não tenha sido possível à Assessoria dar a S.Ex^a uma informação precisa. O art. 37 da Constituição diz o seguinte:

"A administração pública direta, indireta ou fundacional, de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e, também, ao seguinte:

.....
II — a investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, ressalvadas as nomeações para o cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração;

Então, a própria Constituição já proíbe isso, o que vem dar mais um respaldo ao projeto do nosso companheiro. É o bastante para que todos nós não deixemos que aconteça nesta Casa um "Trem da Alegria".

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães) — Não havendo mais oradores inscritos para o Pequeno Expediente, passaremos ao Grande Expediente.

Oradores inscritos no Grande Expediente:

— Rose Mary Miranda

— Agnelo Queiroz

— José Edmar

— Pedro Celso

— Carlos Alberto

Convido o deputado Tadeu Roriz a assumir a Presidência.

O SR. PRESIDENTE (Tadeu Roriz) — Dando início ao Grande Expediente, convido a nobre deputada Rose Mary Miranda para ocupar a tribuna.

O SRA. ROSE MARY MIRANDA — (PTR. Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE, Sras, e srs. deputados, minhas atividades profissionais, exercidas através do rádio e da televisão, contaram sempre com uma audiência privilegiada de pessoas que me acompanharam em todas as jornadas, onde quer que eu estivesse.

Através da televisão, mormente no programa Brasília Urgente, nossas ações se voltavam sempre para os menos favorecidos.

Entretanto, dentre eles, uma parcela definida se encontrava religiosamente presente. E saibam V.Ex^{as} que tenho a convicção, não fosse essa parcela, dificilmente minha eleição teria alcançado êxito. É essa parcela constituída de mães, que infelizmente nem sempre contam com a permanente ajuda dos seus companheiros, muitas delas desacompanhadas, tendo sobre seus ombros a responsabilidade de criar e educar seus filhos.

Sou testemunha das dificuldades por que passam, por terem de trabalhar para promover o sustento da família, vendo-se desprovidas de apoio, notadamente de pessoas ou instituições que ficariam incumbidas de cuidar de seus filhos, enquanto se ausentassem do lar para o trabalho.

Meu compromisso com essa parcela da sociedade vem de longa data. Na televisão, eram objeto de minhas maiores preocupações; no rádio, enquanto executavam suas tarefas domésticas, me faziam companhia através do "Programa da Rose" que durante 12 anos assumimos, numa postura de complicitade, tal era a interação entre o programa e o ouvinte.

É evidente que compromisso dessa natureza não poderia morrer com a minha ausência do rádio e da televisão. Ao contrário, agora que disponho de uma tribuna, privilegiada, tribuna esta que me foi concedida através dos votos de considerável número de donas-de-casa, transfiro para esta Casa as preocupações e a busca de soluções dos seus problemas.

j Por isso, Sr. Presidente e Srs. deputados, aqui estou para, em nome do meu povo, apresentar projeto de lei que institui o Sistema de Creches Comunitárias no Distrito Federal. Com isso, venho *reduzir* o débito que fiz com minha consciência, o qual foi amplamente divulgado durante minha campanha eleitoral.

j O Sistema de Creches Comunitárias, que hoje proponho, tem a participação efetiva da comunidade, tanto no desenvolvimento das tarefas que lhes estão afetas como na responsabilidade em sua direção.

Estamos propondo que o Poder Executivo construa, equipe e forneça material humano de nível técnico, tal como médicos, pedagogos, psicólogos e nutricionistas, ficando as atividades de apoio administrativo e de conservação sob responsabilidade e execução da comunidade. Com essa metodologia, conseguimos rebrantar com uma das maiores humilhações a que a população de baixa renda é submetida, o paternalismo e o clientelismo que alimentam a subversão, tão nociva à democracia e à independência do indivíduo e à moralidade dos costumes e da sociedade.

j **Ô SR. PRESIDENTE**, Sras e Srs. deputados, a sociedade não precisa de benesses dos Poderes constituídos. Precisa, isto sim, de meios que propiciem o desenvolvimento econômico social, educacional e moral. Proporcionar educação pré-escolar e saúde física e mental às crianças de nosso País pode e deve ser entendido como o maior e mais importante investimento que se pode realizar.

Por isso mesmo, nos sentimos bastante confortáveis, pois estamos conscientes da importância do projeto ora apresentado para a sociedade brasileira, principalmente para aquela parcela de menor poder aquisitivo. Sentimo-nos também muito felizes, pois, ao darmos cumprimento a mais um compromisso de campanha, estamos certos de que podemos dormir com a consciência tranqüila do dever cumprido.

Sabemos que os -companheiros desta Casa foram eleitos com o compromisso de proporcionar à comunidade melhores condições de vida. Desta forma, conclamo todos a prestarem seu indispensável apoio à aprovação do Sistema de Creches Comunitárias que ora propomos. Só assim conseguiremos reduzir nosso débito para com essa sociedade tão sofrida.

l Hoje tenho convidados especiais. Durante os anos em que apresentei meu programa eles me alegravam, porque dele participavam no auditório. Trata-se das crianças excepcionais, crianças sofridas da nossa terra, muitas vezes discriminadas até pelos próprios pais, que se envergonham de dizer que têm filhos com problemas. São essas as crianças que trago aqui, para que V.Ex.^{as} se sensibilizem com esses pequenos e assim, todos juntos, possamos lutar para que essas crianças e suas mães tenham o apoio necessário de um ensino especializado, tenham um lugar para onde possam levar seus filhinhos a fim de que recebam a assistência de que precisam.

i Vou agora conceder um aparte ao companheiro Benício Tavares, com o qual, tenho certeza, levarei essa bandeira e, certamente, com o apoio dos demais Parlamentares.

O SR. BENÍCIO TAVARES — Nobre colega deputada Rose Mary Miranda, Sr. Presidente, Sras e Srs. deputados, é com muito prazer que vejo a iniciativa de V.Ex.^a de trazer ao conhecimento desta Casa o problema das pessoas portadoras de deficiências. Tenho dito aqui que todos nós, deputados eleitos, temos a responsabilidade de resgatar as questões sociais de Brasília e do Brasil. Acredito que a que se refere às pessoas portadoras de deficiências *merece* nossa atenção. V.Ex.^a conhece esses problemas porque vivenciou, durante muitos anos, através de seu programa, nossos apelos à comunidade e ao Governo no sentido de atender às nossas reivindicações. Hoje nós dois somos privilegiados por podermos ocupar esta tribuna para reclamar os direitos que achamos justos para essa população sofrida. Por isso parablenzo-a duplamente: primeiro, por abordar a problemática das pessoas deficientes; segundo, pela iniciativa de construção de creches,

o que, para mim, será a solução dos nossos problemas. No momento em que o governador Joaquim Roriz desencadeia uma campanha em favor da criança, entendemos que será pela creche comunitária, conforme propõe V.Ex.^a, e pública em todos os colégios que resolveremos esse problema. Aí, sim, nenhuma criança ficará sem abrigo, sem comida, sem atenção, e não mais perambulará pela rua. Coloco-me à disposição de V.Ex.^e para que possamos trabalhar juntos para encontrar solução para o problema de todas as crianças, em especial o das crianças deficientes.

A SRA. ROSE MARY MIRANDA — Quero informar ao sr. Presidente e demais deputados que, há muitos anos, um jovem foi procurar-me, na rádio e na televisão, porque estava implantando em Brasília a Associação dos Deficientes. Ele foi várias vezes lá, porque não tinha uma sala para sediar a associação, que trabalhava no Hospital Sarah Kubitschek. Esse jovem é hoje o deputado Benício Tavares, que vejo com o maior prazer aqui.

Não quero que V.Ex.^{as} considerem este meu projeto e o convite para os meus amiguinhos excepcionais virem aqui como uma briga minha com o deputado Benício Tavares. Estou apenas querendo dar minha contribuição à sua bandeira. Desta forma, aproveite a oportunidade para **parabenizar** todos os brasileiros que depositaram sua fé no deputado Benício Tavares, porque conheço seu trabalho há muitos anos.

Concedo aparte ao deputado Padre Jonas.

O SR. PADRE JONAS — Agradeço penhoradamente a V.Ex.^a esta oportunidade. Na realidade, o que se passa é o seguinte: talvez mais deficientes sejamos nós, que não temos a paciência e o amor necessários para dar a essas pessoas. Quantas coisas acontecem nos bastidores da vida que independem da nossa participação? Devemos ter muito mais amor, maior devoção por essas pessoas. Parablenizo a companheira por sua brilhante idéia de apresentar esse projeto. Ele é uma retomada de consciência daqueles que, não sofrendo, deixam transparecer, muitas vezes, deficiências por falta de amor e paciência com essas pessoas. Sugiro a V.Ex.^a que em cada cidade-satélite seja desenvolvido um projeto pedagógico, contando com a atual tecnologia para os deficientes. Para isso seria aproveitado um terreno adequado, contando com boa infra-estrutura. Dessa maneira, eles poderiam preencher seu tempo acompanhados por pessoal altamente qualificado.

A SRA. ROSE MARY MIRANDA — Agradeço a V. Ex.^a o aparte.

Estive visitando algumas escolas de excepcionais e pude ver de perto o trabalho realizado por essas crianças. Há excepcionais em maior e menor grau. Essas pessoas são durante a vida inteira, crianças. Desenvolvem trabalhos maravilhosos, apenas carecem do interesse do Governo para dar-lhes um pouco mais, além de manter as escolas existentes em condições a fim de que mais excepcionais possam frequentá-las.

Sabemos que a Sra. Maria da Conceição Ferreira Cunha está com um projeto, já encaminhado ao Governador Joaquim Roriz e aceito por S. Ex.^a, para implantação de uma creche onde as crianças excepcionais receberiam toda a atenção. Esse projeto pode contar com nosso apoio.

Meu projeto é do seguinte teor:

PROJETO DE LEI

Institui o Sistema de Creches e Pré-Escolas Comunitárias no âmbito do Distrito Federal

A CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL, decreta:

Art. 1^o — Fica instituído o Sistema de Creches e Pré-Escolas Comunitárias no âmbito do Distrito Federal.

Art. 2^o — **O Sistema compor-se-á de unidades onde será desenvolvida a educação infantil para assegurar o desenvolvimento físico, emocional e intelectual, além da sociabilização da criança.**

Art. 3^o — **As unidades do sistema serão instaladas no Plano**

Piloto, cidadãos-satélites e, ainda, nos conglomerados urbanos e rurais.

Art. 4º — Incumbe ao Poder Executivo:

I — executar a construção ou adaptação de edifícios públicos para os fins desta lei;

II — dotar os edifícios referidos no inciso anterior dos equipamentos necessários;

III — proporcionar recursos humanos de nível técnico imprescindíveis ao funcionamento das unidades;

IV — fornecer produtos alimentícios, através do Programa de Merenda Escolar ou de outros meios.

Art. 5º — A responsabilidade pela administração das unidades do sistema será supervisionada e fiscalizada pelo Executivo, através das Secretarias de Educação e de Desenvolvimento Social, e ficará sob os encargos de cada comunidade interessada.

§ 1º — A administração referida no "caput" deste artigo será exercida por diretoria eleita pelos integrantes dos diversos segmentos da comunidade local, representados por associações de classe, movimentos religiosos, grupos comunitários, sindicatos, centros culturais e outras entidades afins.

§ 2º — Os demais recursos humanos serão exercidos pela Comunidade, mediante remuneração obtida através de contribuições dos usuários do sistema.

§ 3º — A diretoria referida no § 1º, que prestará contas periódicas ao órgão supervisor, será eleita bialmente para mandato de dois anos, coincidente com o ano civil.

Art. 6º — O sistema será custeado com recursos de dotações orçamentárias, doações, contribuições e promoções desenvolvidas com esta finalidade.

Art. 7º — O sistema ora instituído destina-se a crianças da faixa etária de zero a seis anos de idade.

Art. 8º — Até que sejam construídos prédios próprios para o sistema, poderão suas unidades ser instaladas em outros já existentes, desde que procedida sua adequação aos fins previstos no artigo 2º.

Art. 9º — Cabe ao Poder Executivo estabelecer, através de Regulamento e no prazo de 120 (cento e vinte) dias, os detalhes para cumprimento da presente lei.

Art. 10 — Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 11 — Revogam-se as disposições em contrário.

JUSTIFICAÇÃO

A criança tem direito a um atendimento educativo, complementar ao de sua família e compartilhado com ela.

À mulher-mãe é exigido que cuide da educação de suas crianças e, paralelamente, seja mulher-trabalhadora para coadjuvar na manutenção da família.

As dificuldades para se conciliar essas duas circunstâncias levam-nos à creche — instituição surgida no século XVIII e que deve resultar da busca comum entre pais, comunidade e Poder Público, respeitadas as prerrogativas de cada um.

O reconhecimento dos direitos da criança à iniciativa e existência própria exige implantação desse instituto educacional, real e dinâmico, auxiliar da família e importantíssimo para o seu desenvolvimento.

É imperativo de cunho social instituir o Sistema de Creches e Pré-Escolas Comunitárias no Distrito Federal, com o fim de desenvolver a educação infantil, assegurando a sociabilização e o desenvolvimento físico, emocional e intelectual da criança.

Em suas unidades, o esforço conjunto família-comunidade-Poder Público, estará presente, proporcionando condições ao desenvolvimento global da criança, com participação dos familiares e das comunidades, no seu processo sócio-educativo, e nas atividades desse instrumento de bem-estar comunitário.

Na certeza dos benefícios que advirão para as crianças do Distrito Federal, bem como para as suas famílias e, especialmente para as mães trabalhadoras, julgamos do maior significado social que seja

instituído o "SISTEMA DE CRECHES E PRÉ-ESCOLAS COMUNITÁRIAS no âmbito do Distrito Federal".

Brasília, 21 de janeiro de 1991.

ROSE MARY MIRANDA
DEPUTADA DISTRITAL

Ouçá a nobre Deputada Maria de Lourdes Abadia.

A SRA. MARIA DE LOURDES ABADIA — Cara Deputada, gostaria de parabenizá-la por sua iniciativa e pela grande sensibilidade que demonstra ao apresentar esse projeto. Essa questão está muito ligada à mulher. As mães conhecem a dificuldade causada pela inexistência de creches, principalmente aquelas que trabalham. Na Assembléia Nacional Constituinte essa proposta contou com a assinatura de todas as representantes do sexo feminino, num total de 25 Deputadas, independentemente de partidos e ideologias V. Ex.ª. deve ter observado que a Constituição de 1988, no Capítulo II, Dos Direitos Sociais, art. 7º, inciso XXV, diz o seguinte:

"Assistência gratuita aos filhos e dependentes desde o nascimento até seis anos de idade em creches e pré-escolas;" Isso já está na Constituição; o que falta é vontade política dos governos para realmente operacionalizar. E nos Estados só será operacionalizado se houver iniciativa de lei como essa, bem como reivindicação da sociedade, principalmente das mulheres. Conte com meu voto favorável ao seu projeto. Quero muito estar ao lado de V. Ex.ª. nesta luta em defesa de uma conquista das mulheres constituintes, consolidada no art. 7º; inc. XXV, da Constituição. Parabéns.

A SRA. ROSE MARY MIRANDA — Concedo aparte ao nobre Deputado José Edmar.

O SR. JOSÉ EDMAR — Não poderia deixar de manifestar meu apoio a esse projeto, parabenizando V. Ex.ª. pela iniciativa e colocando-me à disposição para que possamos, logo, aprová-lo. Na última sexta-feira, apresentei proposta de aproveitamento da Chácara Três Meninas para a construção de uma creche, e o fiz porque lá existe muita carência de uma creche. Gostaria que V. Ex.ª. a incluísse no seu projeto. Parabéns.

A SRA. ROSE MARY MIRANDA — Concedo aparte à nobre Deputada Lúcia Carvalho.

A SRA. LÚCIA CARVALHO — Também me solidarizo com a companheira, como mãe, mulher e trabalhadora, no que concerne à necessidade de creches. Tenho quatro filhos, como V. Ex.ª., e neste momento eles estão com empregadas domésticas. Aqui já existe a quantidade mínima de servidoras, prevista na Constituição, para que se instale uma creche. E dela precisamos, pois em política não mais existe só o domínio dos homens. Temos de reivindicar à Mesa que crie uma creche para filhos de funcionárias e de Parlamentares. Tenho um bebê de um ano, e gostaria de vê-lo mais. Na minha área de atuação profissional — sou professora, e 90% dos professores são mulheres — existe um projeto para construção de uma creche em cada cidade-satélite, mas ainda não foi implantado. Temos de exigir o cumprimento deste nosso direito, já determinado na Constituição, de que, nos locais de trabalho, onde existirem mais de trinta mulheres, deve ser prevista a construção de uma creche. Deixo registrado essa manifestação para que seja somada ao projeto de V. Ex.ª., a fim de que as mães professoras também possam cuidar, até como crecheiras, dos seus filhos e dos filhos alheios. Parabéns, a V. Ex.ª.

A SRA. ROSE MARY MIRANDA — Passarei meu projeto a V. Ex.ª., nobre Deputada, para que o leia e veja que ele propicia essa possibilidade. Seriam criadas creches em várias cidades-satélites, nas quais, enquanto umas mães trabalhassem, outras cuidariam das crianças. Também envolve as professoras.

É bom lembrar que muitas empregadas domésticas passam necessidades por não ter com quem deixar seus filhos para irem trabalhar, porque muitas patroas não as aceitam se tiverem de levá-los para o local de trabalho.

Agradeço a solidariedade dos companheiros. E quero deixar um abraço aos amigos excepcionais.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Tadeu Roriz) - Com a palavra o nobre Deputado Agnelo Queiroz.

O SR. AGNELO QUEIROZ (PC do B. Sem revisão do orador).

O Sr. Presidente, como ainda não disponho da prerrogativa de líder, vou aproveitar o tempo que me é reservado para colocar a posição oficial do PC do B com relação à guerra do Golfo Pérsico.

j "Declaração emitida pelo Partido Comunista do Brasil — PC do B, sobre a guerra no Oriente Médio.

i Os Estados Unidos, junto com a Inglaterra e a França, com o apoio da União Soviética e de outros países, desencadearam a guerra contra um pequeno país do Oriente Médio, o Iraque. Com requintes de selvageria, lançaram milhares de toneladas de bombas de alto poder destrutivo sobre Bagdá e outras cidades iraquianas. É um ato de banditismo intolerável, de matança indiscriminada de civis, de crianças, a destruição de bens indispensáveis à existência do povo do Iraque, ato que lembra a época de Hitler.

Causa profunda indignação a todas as pessoas de bom senso a descrição cínica que fazem os sistemas internacionais de TV dos Estados Unidos do massacre levado a efeito pela aviação militar norte-americana no Iraque. Até parece que a Humanidade voltou à era dos circos romanos.

O povo brasileiro, amante da paz e das causas, justas, não pode Silenciar, nem ficar indiferente ao que se passa no Oriente Médio. Tem de repelir com indignação a política criminoso, sanguinária, imperialista dos Estados Unidos e de seus sócios que tentam pela força apoderar-se do petróleo dos povos árabes.

São incompletas e dúbias as declarações hoje feitas pelo Presidente Fernando Collor, depois de se haver omitido todo tempo, em face dos preparativos e ameaças guerreiras dos Estados Unidos. Ele quer que o Brasil reclame o cessar-fogo e negociações. Isso não é suficiente. O Brasil, pelo seu governo, precisa condenar energicamente a política de guerra dos Estados Unidos e suas ações de banditismo no Iraque, exigir a cessação dos atos de guerra norte-americanos e a convocação de negociações sérias e responsáveis de paz que envolvam os problemas conflitivos do Oriente Médio.

O PC do B, uma vez mais, conclama o povo brasileiro a protestar tontra a guerra, a manifestar sua solidariedade às vítimas das hostilidades militares dos Estados Unidos e seus seguidores. A paz somente é possível com a luta de todos os povos.

São Paulo, 17 de janeiro de 1991"

O SR. PRESIDENTE (Tadeu Roriz) — Com a palavra o nobre Deputado José Edmar.

O SR. JOSÉ EDMAR (PSD. Sem revisão do orador) - Sr. Presidente, Srs. Deputados, há poucos instantes dei entrada nesta Casa a um requerimento de urgência urgentíssima para apreciação do Projeto de Resolução nº 3, que cria cargos em comissão e funções na Câmara Legislativa do Distrito Federal e dá outras providências. Tal projeto foi lido na sessão de sexta-feira.

Sr. Presidente, antes de mais nada, quero ressaltar que esta Casa precisa funcionar. Minha intenção não foi entrar em choque com a Mesa, que hoje também apresenta seu projeto de resolução. Mas, em face do impasse que está havendo, desejo convocar para o Plenário da Casa a discussão da matéria em todos os seus detalhes. Por isso apresentei esse projeto de resolução, que estabelece uma estrutura mínima para atender às necessidades do momento, enquanto preparamos, logicamente, a organização do quadro de pessoal para que possa ser realizado o concurso público dentro do prazo que determinamos ser em maio. A aprovação desse projeto fará a Casa funcionar imediatamente. Não ficamos parados, não deixamos a Casa sem estrutura, o que impede o desenvolvimento dos nossos trabalhos. Por isso acredito que o passo mais importante agora é a aprovação desse Projeto de resolução. Nele propomos a criação de 14 cargos de direção, sendo três de diretoria — Legislativa, Administrativa e de Recursos Humanos, 7 para coordenadorias, subordinadas às diretorias, e 4 assessorias subordinadas às comissões diretoras. Quero chamar atenção para o fato de todos os cargos serem ocupados por servidores requisitados, com exceção para o processo legislativo, onde

abriríamos um parêntesis para aproveitar pessoas aposentadas do Senado Federal, da Câmara dos Deputados e do Governo do Distrito Federal. Também abriríamos um parêntesis para resolver o problema da parte elétrica e de jardim da Casa. Sabemos que a EMBRATER tinha um quadro de pessoal que vinha dando manutenção a este prédio e achamos justo que esse pessoal seja aproveitado. Lembraremos mais uma vez que esta proposição de emergência é para a Casa funcionar até que seja aprovado o quadro de pessoal e a realização de concurso público.

Cedo um aparte ao companheiro Wasny de Roure.

O SR. WASNY DE ROURE - Nobre Deputado José Edmar, Sr. Presidente, gostaria, em primeiro lugar, de dizer que já tive oportunidade de ler o projeto de resolução e achei-o bem mais avançado do que a primeira proposta, apresentada pela Mesa. Entretanto, gostaria de fazer, se S. Exa. me permite, algumas observações que creio vão contribuir em muito. Em primeiro lugar, o projeto tem um detalhe extremamente interessante. Ele valoriza tanto os servidores públicos do Distrito Federal como os servidores públicos federais, hoje colocados, muito deles, em disponibilidade. Isso naturalmente vai permitir muito ânimo, além de evitar um dispêndio maior que a Casa viria a ter criando cargos de livre provimento — ao que eu sou radicalmente contrário. Gostaria ainda, Sr. Deputado, de ressaltar que, apenas no caso do valor da remuneração dos Diretores, este fosse adaptado aos níveis hoje estabelecidos para chefes de gabinetes. Ainda com relação ao caso dos servidores da EMBRATER, isto está colocado no seu artigo 6º, §2. Acredito, sem dúvida nenhuma, que são servidores habilitados a trabalhar na manutenção e conservação desta Casa, mas acho que a melhor forma de resolver o problema funcional — uma vez que a Embrater está em processo de liquidação — seria o Governo do Distrito Federal absorvê-los, porque são servidores que já têm demonstrado, por diversas maneiras e em diversos momentos, competência e capacidade para permanecerem no serviço público, seja em nível federal, seja em nível distrital. Já são de comprovada habilidade na prestação de serviços, e entendo que o Governo do Distrito Federal poderia absorvê-los em alguma de suas empresas, que então os cederia a esta Casa sem nenhum problema. Isto porque, uma vez transferidos da Embrater para a Câmara Legislativa, e a Embrater ao mesmo tempo sendo liquidada, esses servidores teria seus contratos rompidos. Quero deixar esta preocupação com V.Exa. para que possa ponderar sobre ela e transformá-la em emenda, caso venha a ser votada amanhã essa matéria.

O SR. JOSÉ EDMAR - Agradeço a V.Exa.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Tadeu Roriz) — Concedo a palavra ao Sr. 1º Secretário, que fará a leitura de uma mensagem do Poder Executivo.

O SR. 1º SECRETÁRIO (Pedro Celso) - Mensagem do Gabinete do Governador, encaminhando o Plano do Governo do Distrito Federal, referente ao quadriênio de 1991 a 1994.

"Esse documento engloba os compromissos que assumi com a população do Distrito Federal no desenrolar da campanha eleitoral e as sugestões que a comunidade ofereceu após as eleições de 3 de outubro último, como sendo as suas reivindicações mais prementes. Evidente que, para colocar em prática as medidas propostas, o Governo do Distrito Federal não poderá prescindir da colaboração dessa augusta Câmara.

Solicito que V.Exa. dê conhecimento do documento aos ilustres Deputados Distritais, aos quais também transmito as minhas saudações pelo início dos trabalhos em prol da comunidade brasiliense.

Sirvo-me da oportunidade para apresentar a V.Exa. os meus protestos de elevada estima e distinta consideração.

Joaquim Domingos Roriz — Governador do Distrito Federal.

O SR. PRESIDENTE (Tadeu Roriz) — Dando prosseguimento ao Grande Expediente, convido o nobre Deputado Pedro Celso a ocupar a tribuna.

O SR. PEDRO CELSO (PT. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs. Deputados, faço uso desta tribuna para estranhar matéria publicada no "Jornal de Brasília" de domingo, dia 20 de janeiro, intitulada "Roriz tenta neutralizar oposição". São métodos que

queremos condenar, pois a matéria declara que o Governo do Distrito Federal patrulhará esta Casa, diuturnamente, conforme ali se lê, com a convivência dos deputados governistas, coisa que não quero acreditar de forma alguma.

A matéria refere-se à criação de uma assessoria parlamentar do Governo, que teria a função de fornecer subsídios aos governistas para as respostas a serem dadas aos deputados. Essa assessoria já se estaria instalando em uma sala da Câmara e estariam sendo montados equipamentos sofisticados, como computadores *fac-simile* e outros. Eu queria saber de onde partiu a autorização para instalação dessa sala de espionagem do Governo do Distrito Federal dentro desta Câmara, porque, como membro da Mesa, não tenho conhecimento e, neste plenário, também em momento algum isso foi colocado. A imprensa dá notícia de que a sala já está em construção e logo será entregue. Vai mais longe: foi relatada a pretensão dessa assessoria de possuir um assessor em cada órgão legislativo. Quero saber se, na Primeira Secretaria, da qual sou titular, trabalhará ao meu lado um agente do Governo do Distrito Federal para saber o que estou fazendo. Também quero saber se haverá agentes nas comissões. Enfim, quero saber exatamente do que se trata. Isso, para mim, é vexatório.

Diz mais a matéria:

"A assessoria está solicitando que os projetos dos governistas sejam submetidos à apreciação do GDF antes de serem apresentados pelos deputados em plenário".

Não quero acreditar que os companheiros da Frente Liberal Progressista, da Frente Comunitária vão estar de acordo com isso. Acredito que não vou mais longe. Se já foi anunciado que se encontram em fase de conclusão os trabalhos para instalação dessa assessoria, deveria ter sido comunicado à Mesa e ao Plenário pela autoridade que autorizou essa concessão e a instalação dessa assessoria, inclusive para que isso fosse referendado pelos deputados em plenário. É impossível e descabida a pretensão de que essa assessoria tenha assessores em cada órgão do Legislativo, o que configuraria absurda interferência do Poder Executivo no Poder Legislativo. É absurdo, também, que os deputados governistas — no que não acredito, sinceramente — se submetam a essa revisão por parte do Poder Executivo, o que certamente poderia criar um sério comprometimento à imagem do Poder Legislativo. Vale ressaltar que os deputados não devem permitir esse tipo de interferência nesta Casa, colocando em risco a própria autonomia do Poder Legislativo. São atitudes que temos de estranhar e colocar de público. Ouço o deputado José Edmar.

O SR. JOSÉ EDMAR - É importante apartear o deputado Pedro Celso, porque é bom que se esclareça exatamente a posição de cada deputado. No meu pronunciamento, quando expus a minha posição ideológica, citei com bastante ênfase a frase "liberdade com justiça social". É sobre esse ponto que estarei cumprindo meu mandato nesta Casa. Em momento algum estarei conivente com alguma ação do Executivo que possa coibir-me ou fazer-me subserviente. Declaro meu posicionamento ao nobre colega Pedro Celso: essa convivência não vai existir de minha parte. Os projetos de minha autoria apresentados a esta Casa não foram ao Executivo anteriormente. Muito pelo contrário. Hoje fui até à secretária de Serviços Sociais, D. Maria do Barro, dar ciência a S. Exa. daquele projeto da Cidade Estrutural. Acredito que muitos funcionários do GDF tenham se contrariado com aquele projeto. Nobre companheiro Pedro Celso, quero ir mais além. Ainda há pouco dei entrevista a um repórter dizendo da minha posição quanto à indicação do administrador regional de Taguatinga, com a qual não concordo. Deixei claro isso. Deixo registrada nos Anais desta Casa a minha discordância com a indicação do administrador regional de Taguatinga. Portanto, fica evidenciado meu posicionamento no sentido de que a liberdade e a independência do meu mandato são totais. Estou apoiando o Governador Joaquim Roriz porque acho que os seus programas sociais, quanto ao assentamento de famílias de baixa renda, vieram ao encontro da minha luta desde muito antes da minha vida pública em Brasília. Não tenho nenhum motivo para ser conivente com alguma coisa que ache errada por parte do Executivo.

Fica aqui meu protesto, acreditando que esta nota tenha saído dos gabinetes do Governador. Não posso crer, entretanto, que seja S. Exa. quem tenha dado essa nota à imprensa.

O SR. PEDRO CELSO - Parabéns pelo posicionamento.

Concedo aparte ao nobre deputado Peniel Pacheco.

O SR. PENIEL PACHECO - Nobre Deputado, agradeço a oportunidade de apartear V. Exa., Enalteço, também, preocupação de V. Exa. com a independência do Legislativo, especialmente em relação à chamada bancada governista no que tange à fiscalização do Executivo local sobre nossos projetos. Nossa situação é um pouco mais complicada, porque enquanto existe a "espionagem", a que V. Exa. se refere, ocorre também a preocupação em verificar o andamento das atividades da Oposição. Portanto, a situação é delicada. Somos duplamente fiscalizados: pelo Poder Executivo e pelo governo paralelo, que também está com os olhos postos em nós, para acompanhar nossos trabalhos. Mas isso não nos assusta, não nos incomoda. Por uma razão muito simples: nosso trabalho é claro e transparente. Nossos projetos, à medida que tramitam nesta Casa, são do conhecimento da imprensa e de todo o público de Brasília. Não temos nenhum projeto escondendo - para usar uma linguagem comum no partido de V. Exa. - qualquer maracutaia. Colocamos tudo às claras, de maneira que o Executivo do Distrito Federal, o Governo Federal, até a CIA do Presidente Jorge Bush, se desejarem se preocupar com nossas matérias, tenham à sua disposição os projetos aqui apresentados. Não é preciso nenhum tipo de equipamento intrincado para conhecer essas proposições. Com muita tranquilidade, colocamos à luz do dia tudo que fizermos nesta Casa.

O SR. PEDRO CELSO - Concedo aparte ao deputado Fernando Naves.

O SR. FERNANDO NAVES - Estava em meu gabinete, há pouco, relatando um projeto, mas fiz questão de vir até o plenário para dizer a V. Exa. que o Partido Democrata Cristão não aceitará, de maneira alguma, que projeto de nossa autoria seja primeiramente avaliado pelo Executivo para depois o apresentarmos. De maneira alguma aceitarei esse procedimento. Os projetos de nossa autoria são feitos conscientemente e atendem aos anseios da comunidade. Não aceitaremos projetos que primeiramente venham a atender a interesses particulares. Até este momento nosso partido não foi consultado em qualquer decisão do Governo quanto a nomeação. Sou o único deputado da bancada governista eleito pela Ceilândia. Nenhum administrador, quando pretensão continuar no cargo, veio procurar-me para perguntar se tinha meu apoio. Mas por isso nossa Ceilândia não vai ficar jogada fora, não. Ficaremos vigilantes e atentos a qualquer atitude que contrarie os interesses da comunidade, seja promovida por administrador ou lá quem for. Não temos compromisso com ninguém. Quero deixar bem claro que o que está escrito nesse jornal, se é que retrata a realidade do que aconteceu, não serve de recado para nós, porque não recebemos, nem mandamos recados. Se temos de dizer alguma coisa a alguém, o fazemos. Nobre deputado, teremos toda a independência para legislar e defender os interesses da comunidade, em qualquer momento e lugar. Era este o nosso ponto de vista. Muito obrigado.

O SR. PEDRO CELSO - Concedo aparte ao Deputado Maurílio Silva.

O SR. MAURÍLIO SILVA — Caro deputado Pedro Celso, como se trata de um editorial de jornal - se realmente o é - a opinião é do jornal, não do Governo. Disse V. Exa., claramente, que não acredita no que leu. Ora, se V. Exa. não acredita, certamente não existe essa intenção, mesmo porque homens de bem, que disputaram eleições, não seriam capazes de tomar atitudes como esta de redigir um projeto e levá-lo a esse ou àquele. Quanto à sala, vou me informar melhor e amanhã ou depois voltarei a esta tribuna para prestar mais esclarecimentos. Muito obrigado.

O SR. PEDRO CELSO - Ouço a nobre deputada Rose Mary Miranda.

A SRA. ROSE MARY MIRANDA - Nobre deputado Pedro Celso, estava em meu gabinete quando ouvi uma denúncia séria. O nobre

deputado fala de uma entrevista que leu no jornal, onde há sérias acusações com relação à nossa atuação. O próprio deputado citou a Frente Comunitária, da qual faço parte. Quero deixar bem claro, nesta Casa, que em momento algum qualquer projeto meu foi submetido a apreciação. Além do mais, nem o próprio Governador Joaquim Roriz nem ninguém da sua assessoria perguntou quais os projetos que eu apresentaria nesta Casa. Acredito que, dos demais deputados que fazem parte do grupo governista, como o deputado Pedro Celso disse, nenhum fez essa consulta prévia. E, mesmo que houvesse essa solicitação, jamais permitiria, porque fui eleita por aquelas pessoas carentes, necessitadas - e o nobre deputado sabe disso - que esperam de mim um respaldo na área social. Isto é provado através dos três projetos que já apresentei, todos voltados para o âmbito social, e que realmente vão requerer verbas do Governo, e em momento algum consultei alguém do Governo com relação a estes projetos. O nobre deputado citou também a colocação de uma secretaria que estaria à disposição de todos nós, deputados. Não tomamos conhecimento ainda desta secretaria, mas, mesmo que ela ficasse aqui e fosse implantado nesta Casa, acredito que deveria ser uma assessoria, voltada para todos os 24 deputados, não só para um, dois ou três. Era o que tinha a dizer. Muito obrigado.

O SR. PEDRO CELSO - O deputado Agnelo Queiroz solicita um aparte. Pediria ao companheiro que fosse breve.

O SR. AGNELO QUEIROZ — Nobre deputado Pedro Celso, solidarizo-me com V. Exa. em sua estranheza com relação ao assunto. (Realmente essa é uma preocupação legislativa, e nós, em nome do PCdoB, temos de ver essa questão. Também desejo dizer que fico satisfeito de ouvir vários companheiros do Bloco Governista manifestando sua independência, não aceitando isso. Queria aproveitar esta oportunidade para dizer que senti uma grande estranheza com relação a essa matéria, e, se isso se confirmasse, seria um desastre muito grande que esta Casa fosse tutelada por assessores. Muito obrigado.

O SR. PEDRO CELSO - Se a Mesa permitir, queria conceder ao menos um minuto ao deputado Cláudio Monteiro.

O SR. CLÁUDIO MONTEIRO - Sr. Deputado Pedro Celso, em nome do Movimento Liberal Progressista, gostaria de somar-se à posição de estranheza manifestada por V. Exa., e dizer que não acredito que nenhum de nossos Pares, nesta Casa, se prestaria a este papel de trair seu eleitorado e a sociedade do Distrito Federal. A quem unicamente, devem ser prestadas contas. Portanto, qualquer interferência no Poder Executivo ???? Poder Legislativo, e assim permitíssimos, estaríamos abrindo mão de muitas coisas que nos propusemos a defender. Portanto, somo-me a essa estranheza colocada por V. Exa. e, de antemão, reafirmo que nosso compromisso é com toda a sociedade; não é com "a", "b" ou "c", mas com toda a sociedade do Distrito Federal, indistintamente.

O SR. PEDRO CELSO - Quero, em primeiro lugar, dizer da minha satisfação ante as colocações feitas pelos deputados do chamado Bloco Governista, que demonstraram sua independência, deixando-nos mais aliviados. Na minha colocação inicial, não queria acreditar, e os próprios deputados fizeram uso da palavra desmentindo o caso. Acontece que a matéria está assinada - é do "Jornal de Brasília" de 20 de janeiro deste ano - por Marco Túlio Alencar, e também menciona a Assessoria Parlamentar do GDF citando o nome do assessor Legislativo Leonel Paiva do Distrito Federal como fonte destas notícias.

Queria registrar a estranheza, e que isso não vá adiante. Complementando o que disse a deputada Rose Mary Miranda sobre a assessoria, a serviço dos 24 deputados se o GDF também quer ter assessores e equipamento dentro, que se dê o mesmo tratamento ao movimento sindical, ao movimento popular, para que esses setores possam usufruir da tecnologia e da estrutura a ser oferecida.

Para finalizar, vou apresentar projeto que regulamenta a lotação da estrutura provisória da nossa Casa, como já o fizeram os deputados Agnelo Queiroz e José Edmar.

Quero apresentar projeto de nossa autoria, para que tenhamos uma discussão mais rica, mais ampla, e possamos deliberar sobre esse delicado assunto com a maior quantidade de informações possíveis, a

fim de que façamos aquilo que a comunidade realmente espera.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

Oposição

Marco Túlio Alencar

Ao ocupar a tribuna da Câmara Legislativa para fazer uma crítica, um apelo, uma reclamação ou mesmo um elogio ao Governo do Distrito Federal, os deputados de oposição vão conviver, dentro dos próximos dias, com uma situação que vai virar rotina: os seus colegas governistas vão responder a todos durante a própria sessão.

A Assessoria Parlamentar do GDF está concluindo um projeto que norteará os seus trabalhos e dotando as suas salas do Palácio do Buriti, Câmara Legislativa, Senado e Câmara dos Deputados de um equipamento que será largamente utilizado: o fac-simile, conhecido por fax.

Respostas

Utilizando este aparelho, que permite enviar mensagens fotocopiadas de um ponto a outro através de uma linha telefônica o GDF vai receber informações sobre tudo o que está sendo feito ou dito nos diversos locais onde vai atuar a Assessoria Parlamentar, quase que imediatamente. Após receber as informações, entrará em funcionamento um fluxograma específico para cada tipo de questão.

"Ao se encaminhar à Mesa da Câmara, por exemplo, um requerimento solicitando informações de algum órgão do governo, nós, da Assessoria, iremos trabalhar para que a informação chegue ao deputado antes do final da sessão", explica o coordenador do projeto, Leonel Paiva, um dos membros da equipe de Joaquim Roriz e ex-secretário do Trabalho.

Acompanhamento

"Respondendo aos deputados distritais, estaremos dando uma resposta à comunidade", observa. A idéia central desse projeto é acompanhar a atuação de cada deputado junto ao GDF. "Nosso trabalho será de justificar, desmentir e de dar informações imediatas", destaca. Além da análise que será feita diariamente sobre a relação governo-Câmara, a Assessoria Parlamentar vai acompanhar o contexto político em que as observações dos deputados são colocadas. "Tudo será feito de forma a estabelecer uma relação de absoluto respeito a todos", disse.

A Assessoria Parlamentar que vai trabalhar com um coordenador-geral e um assessor, no Palácio do Buriti, e mais um assessor em cada órgão do Legislativo, pretende implantar uma rotina de trabalho, a partir dos próximos dias, faltando apenas a conclusão das obras de adaptação de uma sala da Câmara Legislativa para o início das atividades. Atualmente, este trabalho já está sendo feito, mas de forma precária. Somente em alguns casos, as respostas estão sendo imediatas aos deputados e a maioria das informações está sendo organizada, via computador, no final de cada expediente, quando os assessores retornam ao Palácio do Buriti.

Mesmo com a rapidez com que se pretende estabelecer este trabalho de resposta aos distritais, "o importante é que nós vamos nos preparar para que as respostas sejam seguras". Por isso, será designado em cada Secretaria de Estado e órgãos da administração direta e indireta do GDF um funcionário para servir de contato com a Assessoria Parlamentar. Será através desse servidor, possivelmente o assessor de imprensa de cada órgão, que este trabalho será desenvolvido.

Assessoria estará atenta

Para cada tipo de projeto, apresentado pelos deputados distritais durante os trabalhos legislativos, a Assessoria Parlamentar vai tomar providências diferentes. Foram desenvolvidos, observando-se as especificidades de cada projeto, fluxogramas variados que serão

acompanhados. Se o projeto de lei apresentado vier da oposição o GDF vai inicialmente observar se o texto vem ou não ao encontro do Plano de Governo Joaquim Roriz (pela sua abrangência se espera que a maioria das mensagens seja objeto das metas governamentais para os próximos quatro anos de mandato).

Se o projeto de lei não interessar ao GDF, a idéia é obstruir a votação ou mesmo derrotá-lo através do voto. Em todo caso, as mensagens passarão por diversas análises, das áreas competentes, para extrair a essência do texto. Para não correr riscos, a Assessoria Parlamentar está solicitando a todos os deputados governistas (que somam 13 parlamentares) que submetam as matérias ao GDF, antes de apresentá-las ao Plenário da Assembléia. "Nós queremos evitar que haja incorreções ou que os projetos se repitam, e ainda subsidiar os parlamentares através de dados que possam dar um melhor acabamento ao projeto", explica Leonel Paiva, assessor parlamentar do GDF, observando que isso não significa interferência no trabalho dos distritais. (M.T.A.)

O SR. PRESIDENTE (Tadeu Roriz) — Dando prosseguimento ao Grande Expediente, convidamos o nobre Deputado Carlos Alberto a ocupar a tribuna.

O SR. CARLOS ALBERTO (PCB. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, caros colegas, os dias que estamos vivendo têm colocado os trabalhadores, os assalariados, diante de provas difíceis, marcadamente o fato de que seus salários hoje têm 1/3 do poder aquisitivo, desde que o Plano Collor foi editado.

Os comunistas, em Brasília, têm uma tradição de organização do movimento sindical, de organização de algumas das principais categorias — Sindicato da Construção Civil, Sindicato dos Rodoviários, Sindicatos dos Professores, Sindicato dos Bancários. De longa data havia, no setor progressista do movimento dos trabalhadores, naquela área que se vincula a grandes transformações sociais, uma falta de unidade que, acredito, está sendo agora resolvida com a notícia que gostaria de passar a todos os companheiros.

No último sábado, dia 19, a Central Única dos Trabalhadores ganhou mais uma tendência em seu interior e que certamente muito contribuirá para o seu fortalecimento: trata-se da Unidade Sindical, que reúne sindicalistas organizados em torno das propostas gerais defendidas pelo PCB e que têm na democracia seu principal fundamento. O encontro, que contou com a participação de aproximadamente 100 delegados, foi realizado na sede da CONTAG, no Núcleo Bandeirante.

Os comunistas, como bem o sabe esta Casa, têm uma larga folha de serviços prestados à causa dos trabalhadores e das liberdades em nosso País. Estiveram na linha de frente pela organização dos sindicatos e lutas reivindicatórias a partir de 1922; lutaram contra o atrelamento dos sindicatos ao Estado desde o governo Getúlio Vargas; contribuíram decisivamente para conquistas de direitos como o 13º salário e leis previdenciárias; foram decisivos na criação de entidades como o DIEESE e a CONTAG; não esmoreceram na luta contra a ditadura militar.

A marca dos comunistas no movimento sindical do Distrito Federal também sempre esteve presente. Participaram na criação da antiga Associação dos Servidores da Novacap e dos Sindicatos dos Motoristas da TCB, dos empregados em estabelecimentos bancários da construção civil. A partir de 1976, no bojo da rearticulação dos trabalhadores em nível nacional, ajudaram a retomar de mãos conservadoras as entidades dos bancários, dos jornalistas, e a criar o Sindicato dos Professores, entre outras.

Em decisão histórica, adotada na Praia Grande, Santos, no final do ano passado, os sindicalistas da Unidade Sindical resolveram agregar-se às fileiras da CUT, que hoje é o pólo mais avançado, conseqüente e organizado dos trabalhadores no Brasil. Independentemente desta posição, os comunistas e todos aqueles que se vinculam às suas concepções gerais têm a firme convicção da necessidade da unidade sindical como caminho privilegiado para conquistas do Estado e do empresariado, através do binômio pressão e negociação, vitórias para o conjunto dos assalariados.

Quero desta tribuna parabenizar os companheiros da Unidade Sindical pelo encontro. O movimento sindical em Brasília, com esta

iniciativa, será o grande beneficiado.

Ouço o Deputado Wasny de Roure.

O SR. WASNY DE ROURE — Parabenizo a Unidade Sindical por essa disposição, esse passo concreto no fortalecimento da luta dos trabalhadores, através da Central Única dos Trabalhadores. Não é a Central Única dos Trabalhadores que está ganhando com essa decisão da unidade sindical, mas os trabalhadores como um todo neste País. Ainda que muitos não sejam filiados à Central Única dos Trabalhadores, entendem que ela é a única e legítima representante desta categoria sofrida que são os trabalhadores deste País, que necessitam sobreviver através de seus salários. Só temos de parabenizar os companheiros que, entendendo que a situação política é extremamente opressora para a classe trabalhadora, sobretudo através de uma política de arrocho salarial, se colocam na posição firme de optar por uma luta, através da Central Única dos Trabalhadores. Muito obrigado.

SR. CARLOS ALBERTO — Concedo um aparte ao nobre Deputado Geraldo Magela.

SR. GERALDO MAGELA — Deputado Carlos Alberto, congratulo-me com V. Exa. por trazer essa informação do Partido Comunista Brasileiro de que os seus sindicalistas virão formar uma corrente da Central Única dos Trabalhadores. Tivemos a honra de participar de todos os congressos da Central Única dos Trabalhadores, tanto a nível regional quanto a nível nacional, e sabemos da importância que teve a criação dessa Central para os trabalhadores brasileiros. Lamentávamos a ausência dos sindicalistas do PSB, uma vez que todos os setores combativos já se vinham somando na construção dessa Central, uma central autônoma, independente; uma central que, além da luta por melhores salários, melhores condições de vida, quer lutar para a construção de uma sociedade diferente da que temos hoje, onde impere a justiça social. Infelizmente, em muitos momentos, tivemos combates com os companheiros sindicalistas do PCB que estavam em outra trincheira, às vezes somando forças com sindicalistas de origem, de passado não tão recomendável como os que construíram e constróem a CUT hoje, e lamentávamos que isso acontecesse. Entendíamos naquele momento, e sempre entendemos, que o lugar para aqueles que sempre combateram pelas justas causas dos trabalhadores, justas causas democráticas, devia ser em uma central combativa. Lamentávamos que muitos sindicalistas ligados ao Partido Comunista Brasileiro estivessem na Conelat, na CGT, somando-se com Luiz Antônio Medeiros, Antônio Rogério Magri, com Joaquim Andrade, o "Joaquinzão", que são os expoentes do peleguismo e do corporativismo neste País. Quero trazer esta efusiva saudação. Que os companheiros do Partido Socialista Brasileiro venham somar-se conosco na CUT, porque tenho certeza de que é o local onde eles sempre deveriam estar, desde a fundação da CUT. Deixo aqui as minhas saudações. Gostaria que V. Exa fosse portador destas saudações ao partido e todos os sindicalistas que o acompanham.

SR. CARLOS ALBERTO — Agradeço ao Deputado Geraldo Magela. A incorporação do PCB à Central Única dos Trabalhadores marca a entrada de uma corrente, que, efetivamente, tem respeito e compromisso com a democracia.

Parte das razões que nos levaram a estar distanciados durante um bom período, se situa em divergências que tínhamos no que concerne ao processo de transição democrática.

Nós, os comunistas, sindicalistas do PCB, fomos ao Colégio Eleitoral e, até hoje, temos convicção de que foi uma decisão justa.

Empenhamo-nos na convocação da Assembléia Nacional Constituinte. Durante esse período havia tendências na CUT, e durante um bom período, no sentido de não ser favorável à convocação da Assembléia Nacional Constituinte. Posteriormente, aprovaram esse ponto de vista, que também foi o do PT.

Durante o período de transição dizíamos claramente que queríamos garantir a estabilidade do processo de transição democrática. Não tínhamos nenhum interesse em derrubar o Presidente José Sarney; ao contrário, queríamos que a democracia recém-construída fosse fortalecida.

Agora, mais recentemente, em vários momentos em que greves gerais eram convocadas, sem a efetiva possibilidade de sucesso,

tivemos algumas divergências. Entendemos, no entanto, que essas divergências ocorreram em determinado momento conjuntural, mas, agora, estamos vivendo sob a égide do Estado de Direito democrático, sob a égide de uma democracia que queremos fortalecer e consolidar. Tais divergências, portanto, passaram a ser secundárias, dado que estamos numa fase de constituição de uma sociedade que não apenas conquistou direitos, mas precisa concretizá-los, fazer com que não sejam direitos apenas constantes no papel. É preciso, repito, que esses direitos passem a ser realidade na vida de cada dia dos trabalhadores.

Ficamos efetivamente muito felizes por estarmos ingressando na CUT, por reconhecermos que esta Central tende a ser a grande dirigente do movimento social em nosso País.

Estamos felizes também por saber que somos recebidos com grande alegria por todos os companheiros do PT e pelos companheiros da CUT.

Muito obrigado, Sr. Presidente e caros colegas Deputados.

M O SR. PRESIDENTE (Tadeu Roriz) - Antes de encerrar a presente sessão, convoco os nobres Deputados para uma sessão extraordinária, às 18 horas, para votação dos Projetos de Resolução nºs. 002/91 e 003/91, respectivamente de autoria dos Deputados Fernando Naves e Carlos Alberto.

O SR. PENIEL PACHECO (PST. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, para o bom andamento dos trabalhos da Casa, eu gostaria

de sugerir que, ao invés das 18 horas, a sessão extraordinária fosse convocada para as 17h30min, já que teríamos apenas um lapso de tempo de trinta minutos e seriam mais agilizados os nossos trabalhos. Se possível, eu gostaria de ter a anuência de V. Exa.

O SR PRESIDENTE (Tadeu Roriz) — Atendendo à solicitação do Deputado Peniel Pacheco, a Presidência convoca a sessão extraordinária para hoje, às 17h30min.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão.

MESA

Presidente
 Salviano Guimarães (PFL)
 Vice-Presidente
 Tadeu Roriz (PSC)
 1º Secretário
 Pedro Celso (PT)
 2º Secretário
 José Ornellas (PL)
 3º Secretário
 Benício Tavares (PDT)
 Suplentes
 José Edmar (PTR)
 Fernando Naves (PDC)